celebração dos contratos de trabalho a termo certo, pelo período de três meses, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 18.º-A do Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, com a nova redacção e aditamentos dados pelos Decretos-Leis n.ºs 53/98, de 11 de Março, e 68/2000, de 26 de Abril, e da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, eventualmente renováveis por mais três meses, celebrados com as enfermeiras Joana Isabel Lobo Morais, Cláudia Vanessa Nunes Leal, Mónica Alexandra Ferreira Alves e Georgina da Silveira Vasconcelos Moniz. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *António Leuschner*. 3000211009

Deliberação

Por deliberação do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Norte de 22 de Maio de 2006, foi ratificada a celebração do contrato de trabalho a termo certo, pelo período de três meses, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 18.º-A do Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, com a nova redacção e aditamentos dados pelos Decretos-Leis n.ºs 53/98, de 11 de Março, e 68/2000, de 26 de Abril, e da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, eventualmente renovável por mais três meses, celebrado com a assistente hospitalar eventual Ângela Marina Chaves Venâncio Alves. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *António Leuschner*. 3000211011

Deliberação

Por deliberação do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Norte de 23 de Maio de 2006, foi autorizada a renovação de três contratos de trabalho a termo certo, pelo período de três meses, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 18.º-A do Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, com a nova redacção e aditamentos dados pelos Decretos-Leis n.ºs 53/98, de 11 de Março, e 68/2000, de 26 de Abril, e da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, celebrados com as enfermeiras Isabel Patrícia Bernardo Silva, com efeitos a 17 de Fevereiro de 2005, Sofia Isabel Sampaio Vilar, com efeitos a 28 de Fevereiro de 2006, e José Manuel Morais Meira, com efeitos a 1 de Março de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *António Leuschner*. 3000211012

Deliberação

Por deliberação do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Norte de 9 de Janeiro de 2006, foi ratificada a celebração do contrato individual de trabalho celebrado com a enfermeira Teresa Alexandra dos Santos Moreira, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 18.º-A do Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, com a nova redacção e aditamentos dados pelos Decretos-Leis n.ºs 53/98, de 11 de Março, e 68/2000, de 26 de Abril, e da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, eventualmente renovável por mais três meses, com efeitos a 9 de Janeiro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Junho de 2006. — O Vogal Executivo, *Nuno Valença Ferreira*. 3000209084

Deliberação

Por deliberação do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Norte de 2 de Maio de 2006, foi autorizada a renovação do contrato de trabalho a termo certo, pelo período de três meses, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 18.º-A do Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, com a nova redacção e aditamentos dados pelos Decretos-Leis n.ºs 53/98, de 11 de Março, e 68/2000, de 26 de Abril, e da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, celebrado com a enfermeira Ilda Isabel Moreira Lordelo, com efeitos a 2 de Fevereiro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Junho de 2006. — O Vogal Executivo, *Nuno Valença*. 3000209086

Deliberação

Por deliberação do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Norte de 9 de Maio de 2006, foi ratificada a celebração do contrato individual de trabalho celebrado com a técnica

superior Elisabete Maria Fernandes Santos, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 18.º-A do Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, com a nova redacção e aditamentos dados pelos Decretos-Leis n.ºs 53/98, de 11 de Março, e 68/2000, de 26 de Abril, e da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, eventualmente renovável por mais três meses, com efeitos a 8 de Fevereiro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Junho de 2006. — O Vogal Executivo, *Nuno Valença Ferreira*. 3000209087

TRIBUNAIS

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ÁGUEDA

Anúncio

Processo n.º 3320/05.4TBAGD-A.
Prestação de contas administrador (CIRE).
Administrador de insolvência: Olívia Passos.
Insolvente: Urbano & Filhos, L.^{da}, e outro(s).

A Dr.^a Ana Luísa Bernardes, juíza de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e o insolvente Urbano & Filhos, L.^{da}, Rua do Vale da Estrada, Fermentelos, 3750-000 Águeda, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

20 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Luísa Bernardes*. — O Oficial de Justiça, *Arnaldo Moreira da Costa*. 1000306328

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ALCOBAÇA

Anúncio

Processo n.º 1719/03.4TBACB.
Procuração especial de recuperação de empresa (requerida).
Requerente: Inst. de Gestão Financeira da Segurança Social.
Requerido: CMT — Centro Metalúrgico Técnico de Moldes, L.^{da}, e outro(s).

São notificados os credores de requerido CMT — Centro Metalúrgico Técnico de Moldes, L.^{da}, em Caços, Pataias, Alcobaca, que, por despacho, foi designado o dia 17 de Novembro de 2006, pelas 10 horas e 30 minutos, para a realização da assembleia de credores no edifício deste Tribunal, como preceitua o disposto no artigo 28.º do CPEREF.

Faz-se constar que a petição inicial deu entrada na Secretaria em 5 de Junho de 2003 e o seu duplicado encontra-se à disposição de quem o quiser consultar neste Juízo dentro das horas normais de expediente.

Para constar se lavrou o presente edital e outro de igual teor que serão devidamente afixados no local que a lei determina.

15 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Paula da Cunha Barreiro*. — O Oficial de Justiça, *Maria do Almortão Furtado*. 1000306338

Anúncio

Processo n.º 1220/04.4TBMGR.
Falência (requerida).
Requerente: Calena Caixilharia Alumínio Lena, L.^{da}, e outro(s).
Requerido: VICRIARTE — Fabric. Vidros Cristais, L.^{da}

A Dr.^a Sónia Gonçalves Costa, juíza de direito do 2.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Alcobaca, faz saber que, por sentença de 27 de Setembro de 2006, proferida nos presentes autos, foi declarada a falência de requerido VICRIARTE — Fabric. Vidros Cristais, L.^{da}, número de identificação fiscal 504234544, com domicílio na Rua do 1.º de Dezembro, Moita, 2445-580 Moita, Marinha Grande, tendo sido fixado em 30 dias contados da publicação do competente anúncio no *Diário da República* o prazo para os credores reclamarem os seus créditos, conforme o estatuído no disposto no artigo 128.º, n.º 1, alínea e), do CPEREF.

Foi nomeado liquidatário judicial a Dr.ª Maria do Céu Carrinho, número de identificação fiscal 173744192, bilhete de identidade n.º 5659896, cartão profissional n.º 2139-C, residente na Rua de Seabra de Castro, Edifício São Gabriel Center, 2.º, S, 3780-238 Anadia.

29 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Sónia Gonçalves Costa*. — O Oficial de Justiça, *Hamilton Pereira*. 3000216784

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE AVEIRO

Anúncio

Processo n.º 3680/06.0TB AVR.

Insolvência pessoa singular (requerida).

Credor: Lino Coelho — Comércio Materiais de Construção, S. A.
Devedor: HIDRAMARA — Canalizações, L.ª

No 2.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Aveiro, no dia 26 de Setembro de 2006, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor HIDRAMARA — Canalizações, L.ª, número de identificação fiscal 505405318, Urbanização Sudoeste, lote 1, sec. 14, Cacia, 3400-000 Aveiro, com domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeada a Dr.ª Alexina Vila Maior, residente na Rua do Conselheiro Luís de Magalhães, 64, 4.º, sala Af, 3800-239 Aveiro.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias;

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham;

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE);

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 21 de Novembro de 2006, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilatação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

29 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Álvaro Rosa de Carvalho*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Silva*. 1000306312

Anúncio

Processo n.º 25-C/1996.

Prestação de contas (liquidatário).

Liquidatário judicial: Mariano Pires.

Requerido: CMT — Transitários, L.ª

O Dr. Álvaro Rosa de Carvalho, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida CMT — Transitários, L.ª, com sede na Rua de José Estêvão, 83, 2.º, em Aveiro, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPEREF).

4 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Álvaro Rosa de Carvalho*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Silva*. 3000216821

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE CANTANHEDE

Anúncio

Processo n.º 197-F/2000.

Prestação de contas (liquidatário).

Autor: António José Cardoso Simões.

Réu: Ana Paula da Costa Marques Reis.

O Dr. Manuel Figueiredo, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a(o) falida(o) notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPEREF).

13 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Manuel Figueiredo*. — O Oficial de Justiça, *Natália Maria de Lima*. 3000216787

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DO CARTAXO

Anúncio

Processo n.º 477/06.0TBCTX.

Insolvência pessoa singular (requerida).

Credor: ENATUR — Empresa Nacional Turismo, S. A.

Insolvente: Rogério Bruno Meirinho Cardoso e outro(s).

No 1.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca do Cartaxo, no dia 27 de Setembro de 2006, às 16 horas, foi proferida sentença complementar da sentença declaratória da insolvência dos devedores:

Rogério Bruno Meirinho Cardoso, casado (regime desconhecido), nascido em 29 de Março de 1972, concelho de Lisboa, freguesia de Campo Grande (Lisboa), nacionalidade portuguesa, número de identificação fiscal 197593151, bilhete de identidade n.º 9867391, residente na Avenida de 9 de Abril, 26, Pontével, 2070 Cartaxo;

Maria de Fátima Gouveia Pinto Ferreira, casada (regime desconhecido), nascida em 22 de Novembro de 1959, freguesia de Vila do Porto (Vila do Porto), nacionalidade portuguesa, bilhete de identidade n.º 5325206, residente na Avenida de 9 de Abril, 26, Pontével, 2070 Cartaxo, com domicílio na morada indicada.

Como administrador da insolvência está nomeada a Dr.ª Ana Rito, residente na Rua da Quinta Palmeiras, 28, 2780-145 Oeiras.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se extinto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.